



ACÓRDÃO Nº 48/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11438/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Instituto de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos do Município de Tabatinga – IPRETAB.
- 4- **Exercício:** 2018.
- 5- **Responsável:** Altenor Lopes Magalhães (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICERP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 7928/2019-DMP, Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Instituto de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos do Município de Tabatinga - IPRETAB. Exercício de 2018.

*Irregularidade. Multa. Recomendação.
Determinação. Ciência.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar irregular a Prestação de Contas Anual do Instituto de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos do Município de Tabatinga (IPRETAB), no exercício de 2018, sob a responsabilidade do **Sr. Altenor Lopes Magalhães**, Presidente do IPRETAB, considerando as restrições remanescentes nos itens de ns.º 01, 15 e 20 do Relatório Conclusivo – 59/2019 - DICERP (fls. 503/528), descritas neste Relatório/Voto, nos termos do art. 22, inciso III, “b” c/c o art. 25, ambos da Lei nº 2423/96;

10.2. Aplicar Multa ao **Sr. Altenor Lopes Magalhães** no valor de **R\$13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), pelas restrições remanescentes de nº 01, 15 e 20



ACÓRDÃO Nº 48/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

do Relatório Conclusivo – 59/2019 - DICERP (fls. 503//528), descritas no Relatório/Voto, com base no art. 54, II, da Lei n.º 2.423/96, Lei Orgânica do TCE/AM e o art. 308, VI da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM, por ato praticado com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial (art. 54, inciso II da Lei n. 2423, de 10.12.1996).

Essa multa deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

10.3. Recomendar ao atual gestor do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Tabatinga- IPRETAB, nos termos do art. 140, IV, RI-TCE/AM, as seguintes recomendações:

10.3.1. Encaminhe os processos administrativos, que envolvem despesas, à Controladoria do município, sob pena de multa na hipótese de reincidência, em conformidade com art. 74, IV, da CF/88, referente ao item 2 da notificação;

10.3.2. Providencie o registro contábil das provisões matemáticas previdenciárias a longo prazo no Balanço Patrimonial do RPPS, sob pena de multa na hipótese de reincidência, conforme art. 3º, VII, da Portaria nº 464/18, referente ao item 3 da notificação;

10.3.3. Observe na elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP os ditames do item 2, letra "b", da 7ª edição do MCASP, referente ao item 5 da notificação;

10.3.4. Realize escrituração na qual inclua todas as operações que envolvam a responsabilidade da Unidade Gestora e modifiquem ou possam vir a modificar seu patrimônio, sob pena de multa na hipótese de reincidência, referente ao item 8 da notificação;

10.3.5. Encaminhe a lei autorizativa específica e o termo de acordo de parcelamento ao Tribunal de Contas, acompanhado do comprovante de publicação e dos demonstrativos que discriminem, por competência, os valores originários, as atualizações, os juros e o valor total consolidado, relativos aos



ACÓRDÃO Nº 48/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

débitos do período de janeiro de 2013 a dezembro de 2017, no valor não atualizado de **R\$ 5.928.487,53**, referente ao item 13 da notificação;

10.3.6. Monitore e acompanhe, em conjunto com Conselho Fiscal, a regularidade do repasse das contribuições previdenciárias, sob pena de multa na hipótese de reincidência, referente ao item 14 da notificação;

10.3.7. Encaminhe proposta de projeto de lei ao Poder Executivo local que estabeleça a alíquota de custo suplementar indicada no Parecer Atuarial, conforme art. 61, § 1º, II, “b”, da CF/88, conforme art. 3º, VII, da Portaria nº 464/18;

10.3.8. Seja incluso declaração nos processos licitatórios afirmando que não há produtor similar em atas da Prefeitura daqueles adquiridos pelo RPPS do município, em casos de não adesão às referidas atas, referente ao item 23 da notificação;

10.3.9. Realize concurso público para provimento de cargos de carreira na estrutura do RPPS do município, conforme art. 37, II, c/c art. 39 da CF/88, referente ao item 24 da notificação;

10.4. Determinar à Comissão de Inspeção deste Tribunal, responsável pela inspeção ordinária das contas da Prefeitura Municipal de Tabatinga em 2020 que:

10.4.1. Apure a ocorrência das irregularidades constantes no item 12 do Relatório Conclusivo nº 59/2019 - DICERP, referente à ausência de repasse do montante de **R\$ 50.770,62** ao Instituto de Previdência e Assistência Social dos servidores públicos do município de Tabatinga - IPRETAB, a título de contribuições previdenciárias do pagamento do auxílio-doença (fls. 222/283 dos autos), contrariando, portanto, o disposto no art. 40, caput, da CF/88 e art. 1º, II, da Lei nº 9.717/98;

10.5. Dar ciência ao Sr. Altenor Lopes Magalhães sobre os termos do julgado, enviando-lhe cópias deste Relatório/Voto, Relatório Conclusivo nº 59/2019-DICERP (fls. 203/228) e Parecer Ministerial de fls. 529/531.

11- Ata: 2ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 4 de Fevereiro de 2020

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio



ACÓRDÃO Nº 48/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado), e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral, em substituição.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral, em substituição